

TEMPO DE REVOLUÇÃO

AGOSTO DE 2022 - R\$ 5,00

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 21

**200 anos de
independência
e submissão ao
imperialismo**



EDITORIAL

Só o proletariado poderá garantir a verdadeira independência

Do 7 de setembro de 1822 ao 29 de agosto de 1825

A Revolução Francesa (1789) mudou o mundo. A tomada do poder político pela burguesia foi mal recebida por praticamente todos os governos. Primeiramente pelo governo burguês da Inglaterra que via ali o nascimento de um perigoso rival de negócios. Depois pela aristocracia dos países vizinhos que viam um exemplo que, se seguido, significaria a sua morte.

O resultado desse embate repercutiu na América Latina. Quando as guerras napoleônicas chegaram à Espanha e Portugal, foram plantadas as sementes para a independência dos países latino-americanos. Entre 1811 e 1828, todos os países sul-americanos se tornaram independentes. O Brasil seguiu um caminho semelhante, mas com características bem distintas dos demais.

Enquanto a Espanha tem seu rei aprisionado e as “juntas” formadas pelos próprios colonizadores vão se tornar os organismos de poder que posteriormente organizarão a luta pela independência, no Brasil a vinda da família real escoltada pela frota inglesa cria um caso sui-generis.

A volta do rei para Portugal em 1821, em virtude da revolução de 1820, cria a situação de um governo de fato no Brasil independente de Portugal. Essa situação



ARQUIVO EDGAR LEUENROTH | UNICAMP

Greve Geral de 1917, que teve início na fábrica têxtil Cottonifício Crespi na Mooca, em São Paulo

é confirmada com o “Dia do Fico” em janeiro de 1822, quando o então príncipe D. Pedro I se recusa a voltar a Portugal. Uma tensão é criada e é levada aos extremos em 7 de setembro com a Proclamação da Independência. Mas não basta um país se declarar independente. Como se trata a relação com outros países? Apesar do reconhecimento formal dos EUA em 1824, a maior potência imperialista do mundo na época era a Inglaterra. E ela concentrava todos os negócios do Brasil através do tratado dos “portos abertos a nações amigas” datado da chegada de D. João ao Brasil

(1808). Assim, sem o seu reconhecimento, a independência não existiria.

Para Portugal, perder o Brasil era muito. Afinal, da antiga potência marítima pouco sobrara. Algumas pequenas colônias na Ásia e duas colônias na África. O seu poder econômico era ínfimo frente à maioria dos países europeus e estava fortemente endividado com a Inglaterra. A produção industrial era quase inexistente. Presionado pelos ingleses, o tratado de reconhecimento da Independência do Brasil foi assinado praticamente três anos depois do 7 de setembro de 1822, em 29 de agosto de 1825.

Por esse tratado, o Brasil pagaria 2 milhões

de libras esterlinas a Portugal pelo reconhecimento da Independência. Como o Brasil não tinha esse dinheiro, a Inglaterra se dispunha a, generosamente, emprestar. E Portugal, por sua vez, pagaria à Inglaterra a totalidade de sua dívida externa que era, por coincidência, o total de 2 milhões de libras esterlinas. Assim, o Brasil independente politicamente nasce atrelado economicamente à Inglaterra, que ganhava o direito de sequestrar suas rendas alfandegárias (as taxas de importação e exportação) diretamente nos portos brasileiros. Era uma prática comum entre nações “formalmente independentes”, mas que

tinham uma forte dívida com países imperialistas.

Assim, a formidável dívida pública de hoje no Brasil (externa e interna) começava a ser construída. “Independência ou morte!” converteu-se em independência e dívida externa, com controle dos portos pelas “nações amigas”.

Do Brasil colônia à guerra do Paraguai

A formação do Brasil foi de uma economia capitalista desde o seu início. Apesar da divisão em capitânicas hereditárias lembrar uma divisão feudal, na verdade as únicas capitânicas que deram certo foram aquelas que investiram na produção de

EXPEDIENTE

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Henrique de Macedo
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

Comitê de Redação: André Mainardi, Francine Hellmann, Henrique de Macedo, Mariana Rosa, Michel Silva, Michelle Vasconcellos e Mateus Tavares

Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE
REVOLUÇÃO



Independência ou morte, de Pedro Américo (1888): 200 anos se passaram desde a proclamação da independência, entretanto, ainda somos um país semi-independente

açúcar e, posteriormente, de ouro e algodão.

A cultura da cana e a moagem de açúcar foi um dos primeiros grandes empreendimentos capitalistas da história. Iniciada nas ilhas mediterrâneas, com o uso de escravos eslavos capturados na região da Rússia, foi posteriormente transferida para as ilhas atlânticas em torno da África e posteriormente para a América, já com a mão de obra escrava capturada na África. O Haiti, quando se tornou independente da França, produzia de cana-de-açúcar mais que todo o PIB da matriz! O Brasil também se tornou um grande produtor de açúcar e, se originalmente usou-se indígenas escravizados, a maior disponibilidade e cultura dos africanos tornaram estes a “mercadoria” preferida para a produção. Dependendo da região, já se tinha escravos treinados em metalurgia e inclusive que sabiam ler e escrever, coisa rara naquela época.

No ano de 1550 o Brasil já tinha cerca 40 engenhos de cana-de-açúcar. A produção era dirigida quase que totalmente ao exterior e já funcionava em termos capitalistas (“plantations”), com um só produto, que era totalmente exportado. Ao lado dessa cultura começou também a ser introduzida a cultura de algodão, mais de dois séculos depois.

A descoberta do ouro no Brasil (1693) mudou o panorama. A região de Minas Gerais, e secundariamente Goiás e Mato Grosso, foi invadida por garimpeiros e a mão de obra escrava aumentou de

preço para atender à alta na demanda. Por outro lado, essa imensa população tinha de ser vestida e alimentada. Começou uma produção de gado e de produtos agrícolas para suprir essa demanda, assim como o estabelecimento de rotas de comércio da região Sul e do Nordeste em direção a Minas Gerais. Enquanto isso o ouro seguia o esquema de produção semelhante ao de toda colônia espanhola (com a exceção de que nas colônias espanholas predominavam os escravos indígenas, descendentes de povos já bem mais adiantados culturalmente – astecas, incas etc. –, enquanto no Brasil sempre predominou a escravatura africana).

Essa nova produção levou ao estabelecimento de propriedades rurais com uma produção que lembrava o feudalismo (a terra era propriedade do “coronel” e o “colono” ou “agregado” produzia a meio, a quarto etc. para pagar pelo aluguel da terra). Em muitas dessas fazendas era mais vantajoso libertar o escravo, que se tornava “colono”, “agregado” e dependia do seu senhor. Mas na grande produção para exportação – ouro, açúcar, algodão etc. – continua predominando a mão de obra escravizada.

Então, desde o início do Brasil, temos uma burguesia nascente que emprega mão de obra escrava, seja para a produção para exportação (“commodities”, como se apelida hoje o ouro, o algodão e o açúcar), seja na produção para consumo interno via sistema de colonato. Esses colonos vão consti-

tuir o campesinato sem-terra que foi a maioria da população brasileira até a industrialização durante a ditadura militar.

200 anos: somos um país semi-independente, uma semicolônia

Duzentos anos se passaram. Quando em 1822 José Bonifácio defendia a libertação dos escravos como condição para o desenvolvimento da nação, a maioria da burguesia era contra. É a luta de mais de 60 anos dos escravos, dos trabalhadores livres e da pequena burguesia que vai levar finalmente à libertação dos escravos em 1889. Ainda que a monarquia quisesse se aproveitar de tal fato para ganhar uma sustentação popular, ela caiu de poder no ano seguinte. Com o fim da escravidão, a industrialização avançou a passos largos, sustentada pela entrada do capital imperialista. Majoritariamente do capital inglês (que detinha a maioria da dívida externa) e, depois do fim da Primeira Guerra Mundial, pelo capital dos EUA. A Ford começa a se instalar no Brasil já na década de 1920. Depois da Segunda Guerra, a nacionalização do petróleo foi o máximo que a onda nacionalista conseguiu no Brasil. A instalação da ditadura em 1964 levou à construção de grandes empresas estatais, mas já com a participação de capital externo. E a maioria dessas empresas (mineração, energia elétrica e telefonia) foi privatizada nos anos 1990. Sobrou a Petrobras, que está sendo vendida aos pedaços,

além da maioria do seu capital já ser privado.

O capitalismo no Brasil nunca foi o resultado do desenvolvimento das forças produtivas locais. O país foi constituído pelo capital que destruiu os povos indígenas existentes, “importou” mão de obra escrava e a utilizou para a produção de açúcar, algodão, café e ouro. Com a Proclamação da República a produção se diversificou um pouco, mas sempre sob o comando do capital imperialista. A burguesia industrial que nasce principalmente no estado de São Paulo é fruto do investimento do capital vindo das “plantations” para indústrias urbanas, com a adição e o impulso de uma burguesia estrangeira que chega ao Brasil com capital próprio (industriais como os Matarazzo e Rodolfo Crespi, ambos vindos da Itália, são alguns exemplos).

As estradas de ferro, os portos, a energia elétrica eram setores dominados diretamente pelo capital estrangeiro, como demonstra Lênin em “O imperialismo, fase superior do capitalismo”:

“Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo (Brasil) diz-se: ‘A construção dos caminhos-de-ferro brasileiros realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem-se as operações financeiras relacionadas com a construção de caminhos-de-ferro, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária.’”

Ao serem vendidas, o foram para o Estado (já que não existia capital

privado em condições de assumir tais empreendimentos). E hoje, quando se privatizam as grandes estatais, é diretamente o capital estrangeiro que assume essas estatais. E se, há duzentos anos, o sequestro direto das rendas alfandegárias garantia o pagamento da dívida, hoje outros mecanismos foram aplicados.

A Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto dos gastos são os mecanismos atuais que garantem o pagamento da dívida. As empresas privadas, inclusive as estrangeiras instaladas no país, têm seus empréstimos externos garantidos pelos bancos estatais (principalmente BNDES) ou diretamente pelo Tesouro Nacional. Assim, todo o orçamento do país é, em última instância, feito para garantir aos investidores imperialistas os seus direitos.

Independência Nacional? No mundo de hoje, uma verdadeira independência só pode ser conquistada através de uma revolução socialista que exproprie o capital. É o exemplo da Revolução Russa de 1917 nos mostra bem: sem que a revolução se espalhe para outros países, a tendência é o isolamento e a derrota da revolução.

O combate dos comunistas (marxistas) é pela revolução no Brasil e em todo o mundo. Só isso pode fazer com que o 7 de Setembro deixe de ser a farsa que é hoje e tenhamos uma nação livre no seio de um mundo verdadeiramente livre. Junte-se a nós nesse combate no Brasil e no mundo.

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana e as origens do tenentismo

| ANDRÉ MAINARDI

Há 100 anos explodiu a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Às vésperas do 1º Centenário da Independência, ecoa o grito de ódio vindo das casernas contra a República Velha. Essa foi a primeira das revoltas tenentistas, que expressaram as divisões de classe dentro das forças armadas e abriram uma situação revolucionária no país, ao passo que impuseram aos últimos mandatários do regime o estado de sítio quase permanente.

A República Velha

A Proclamação da República em 1889 foi imposta pela burguesia de São Paulo, que não podia mais aceitar o velho modo de produção retardatário do Império. Após a consolidação da República, pela espada de Floriano Peixoto e diante da urgência de desenvolver o capitalismo

O Forte de Copacabana: principal fortificação costeira da então capital Rio de Janeiro



Marcha dos revoltosos pela Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1922

no Brasil, ela finalmente se apossa do Estado brasileiro. A partir disso, se lança na tarefa de tecer uma constituição que desse ao Brasil o formato federativo.

A Federação serviu, em um primeiro momento, como instrumento para conciliar possíveis disputas entre as elites dos estados, extremamente regionalistas, sem um projeto nacional em comum, unidas por acordos políticos, mas separadas pela natureza diversa de suas atividades econômicas. Essa organização era uma forma de garantir o domínio político e o en-

riquecimento dessas oligarquias em suas regiões de origem, evitando choques que pudessem pôr em questão a unidade nacional. Isso também permitia às burguesias mais ricas o privilégio de exercer o poder político sobre o Estado mediante a força do seu poder econômico, simbolizado no Pacto do Café com Leite, celebrado a partir de 1902, entre os barões do café de São Paulo e os coronéis do gado de Minas Gerais.

Foi o início da ditadura dos Partidos Republicanos (PR) regionais. Ao mesmo tempo em que às elites dos estados era dada a primazia de indicar os seus representan-

tes aos governos estaduais, ao Congresso Nacional e até mesmo os ministros do governo federal, o pacto garantia a alternância entre a burguesia paulista e a mineira, as duas mais ricas do país, na Presidência da República. Através do controle do Estado e dos aparatos dos PR, eles garantiam a eleição dos seus indicados pelo método da escancarada fraude eleitoral e do voto de cabresto.

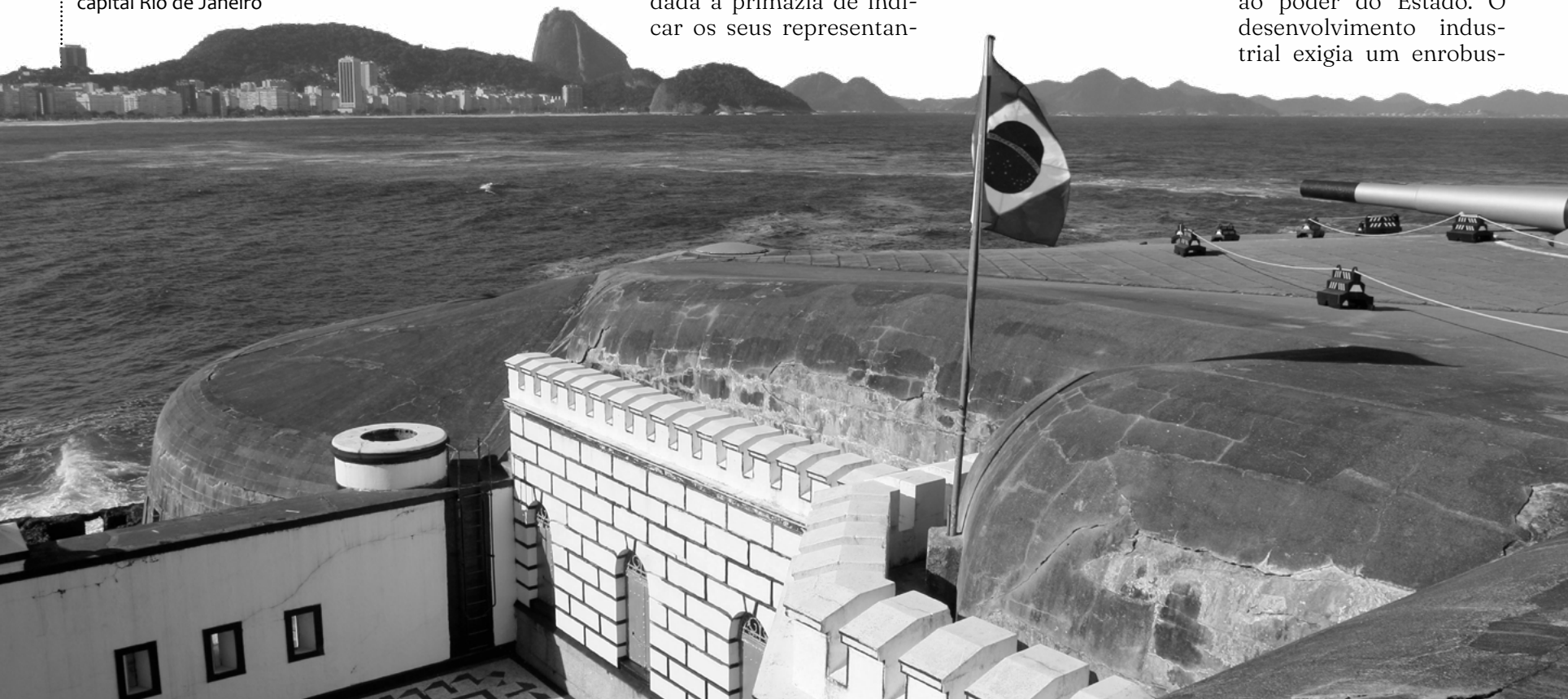
A política dessa burguesia, nascida no grande latifúndio, era, inicialmente, centrada na manutenção do monopólio do café no merca-

do internacional, porém, foi alterada pelo surto da indústria e pelo enorme fluxo de capital estrangeiro do qual ela se servia. O capitalismo se estendeu por todo o Brasil alterando suas bases econômicas mais retrógradas e aprofundando o abismo social que já se observava desde os anos do Império, recrudescendo assim as contradições de classe no campo e nas cidades.

Como apontavam em 1930 os trotskistas Mário Pedrosa e Lívio Xavier em sua obra “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”:

“Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão tranquila e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo”

Com o avanço desse processo, as duas burguesias hegemônicas brasileiras se viram obrigadas a se agarrar cada vez mais ao poder do Estado. O desenvolvimento industrial exigia um enrobust-



tecimento do aparato e um poder cada vez mais centralizado. Paulatinamente, as várias reformas legislativas transformam o federalismo dos primeiros tempos em uma mera ficção constitucional.

A questão militar e o tenentismo

A derrota eleitoral do sucessor de Floriano Peixoto, finalmente, alçou os barões do café ao poder da República. A partir disso também se fez necessário promover o desmonte do Exército Brasileiro e sua desmoralização enquanto instituição como forma de neutralizar a forte base de apoio que Peixoto construiu dentro dele.

Os velhos oficiais, sobretudo o Almirantado da Marinha, rancorosos pela humilhação que lhes impôs Floriano Peixoto nas reacionárias e de fundo monarquista, Revoltas da Armada, passaram a administrar esse processo, dado o grande prestígio que granjeavam junto ao Ministério da Guerra. Em 1910, enquanto os quartéis do Exército careciam do mais elementar abastecimento, os velhos almirantes eram presenteados com dois modernos encouraçados ingleses, não por acaso, batizados de São Paulo e Minas Gerais.

Houve também um grande investimento nas guardas e polícias regionais. Com isso, as burguesias mais ricas poderiam dispor de verdadeiros exércitos particulares. É o caso da Força Pública do Estado de São Paulo, onde os barões do café não pouparam capital, no sentido de transformá-la na melhor equipada e mais capacitada força de combate da América do Sul.

A partir de 1909, uma nova cepa de jovens oficiais começa a surgir nas escolas militares. A boa maioria deles se recusou a auxiliar a alta oficialidade no sucateamento do Exército. Esses oficiais, em sua maioria jovens empolgados com os avanços da tecnologia militar, passaram a reivindicar reformas profundas no Exército, promovendo intensos debates nos Clubes Militares, onde podiam falar livremente.

Não se limitando aos discursos acalorados, eles se lançaram no trabalho de base, no dia a dia dos quartéis junto a soldadesca rasa, os mais afe-



Epitácio Pessoa e membros do Almirantado da Marinha de Guerra no convés do encouraçado São Paulo

tados pela precarização do Exército. Eles exigiam dos altos oficiais melhores soldos, modernização no equipamento e melhor instrução das tropas. Além disso, esse trabalho, em grande medida, passava por garantir a alimentação, vestimenta e até mesmo a alfabetização dos soldados.

A Revolta do 18 do Forte de Copacabana, que teve como pano de fundo a sucessão presidencial de 1922, marcou o transbordamento desse movimento da exclusividade das casernas. Essas revoltas voltariam a se manifestar em 1924, na Comuna de Manaus e na Revolução Paulista, onde ganhou os contornos de uma legítima revolução, graças a ampla adesão das massas exploradas paulistas, sobretudo a classe operária organizada. Por esse motivo essa revolução foi esmagada em sangue pelos obuses de artilharia de Arthur Bernardes e apagada da historiografia oficial.

Apesar do seu radicalismo, o movimento tenentista caracteriza-se pelo seu reformismo influenciado pelas ideias positivistas, isto é, propunha o progresso social sem ruptura com a ordem capitalista. Seu caráter pequeno-burguês o colocava em choque com as classes dominantes, mas, ao mesmo tempo, em contradição com os métodos da classe operária. Em seu seio concentraram-se elementos mais à esquerda que posteriormente participaram da Coluna Prestes, entretanto, também reuniu nomes como Filinto Müller, futuro chefe da polícia política de Vargas, anti-comunista e simpatizante do nazismo, também a maioria dos generais golpistas de 1964, ainda

como oficiais rasos, participaram do tenentismo.

O 5 de Julho de 1922

Nas eleições presidenciais de 1922, os velhos oficiais florianistas se aglutinaram em torno da candidatura oposicionista de Nilo Peçanha, também apoiada por setores secundários das elites regionais. O elemento militar na oposição preocupou o então presidente Epitácio Pessoa e o obrigou a pôr em pleno funcionamento a máquina de fraude eleitoral dos PR para eleger seu sucessor Arthur Bernardes, usando, inclusive, as tropas do Exército, leais a si, para intimidar os eleitores no dia da votação.

A Revolta do 18 do Forte de Copacabana, que teve como pano de fundo a sucessão presidencial de 1922, marcou o transbordamento desse movimento da exclusividade das casernas

Essa interferência das tropas, ordenada por Pessoa, irritou profundamente os militares. O marechal Hermes da Fonseca – um dos principais líderes da oposição e florianista convicto – contestou publicamente o resultado, exigindo a anulação do pleito. Isso resultou na ordem de sua prisão, emitida pelo Alto Comando do Exército e no fechamento do Clube Militar da capital.

Os rumores de uma conspiração militar para derrubar Pessoa e impedir a posse de Bernardes atraíram o entusiasmo dos jovens tenentes

abrindo o caminho para rebelião. A vitória de Bernardes impulsionou uma série de revoltas por todo o país. No Maranhão, a Força Pública destituiu o governador por um dia. Movimentos parecidos se expressaram no Paraná, em Santa Catarina e mesmo dentro da Marinha de Guerra. Epitácio Pessoa, que já considerava a possibilidade de um levante militar desde antes da eleição, acreditava que Bernardes não resistiria 24 horas no poder.

No Rio de Janeiro, a conspiração mal planejada por Hermes da Fonseca previa a sublevação das guarnições militares da capital, partindo da sustentação terrestre das tropas da Vila Militar e da Escola Militar do Realengo. O Forte de Copacabana, principal fortificação costeira do Distrito Federal, desempenharia o papel de manter os poderosos encouraçados da Armada longe da linha da costa, até que a maioria dos quartéis estivesse em poder dos revoltosos.

Porém, espiões de Pessoa, infiltrados nas reuniões entre os conspiradores, deram ao governo Federal informações preciosas. Com isso, a maioria dos dirigentes do levante foi capturada, na noite do dia 4 de julho, antes que pudessem entrar em ação, entre eles o próprio marechal Hermes da Fonseca. Na manhã do dia 5, só a Escola Militar e o Forte de Copacabana estavam em poder dos rebeldes, esse último teve os acessos por terra e o fornecimento de água e luz cortados.

A Escola Militar logo capitulou, porém, o Forte de Copacabana, comandado pelo filho de Hermes da Fonseca, o capitão Euclides Hermes, sustentou pesado fogo de

artilharia contra as posições federais e prédios públicos durante todo o dia. Na manhã do dia 6 de julho, os encouraçados São Paulo e Minas Gerais, seguidos do destróier Paraná, cruzaram a linha do litoral e bombardearam a fortaleza. No momento de responder fogo, os artilheiros do forte perceberam que os imponentes canhões de 109 mm foram inutilizados por sabotagem. Era o fim da linha.

O forte estava cercado por terra e mar, e sob o intenso bombardeio da Aviação de Guerra da Marinha. Ainda pela manhã, o capitão permitiu que a maioria dos soldados se rendesse por vontade própria. Dos 300 militares, apenas 28 permaneceram nas posições de combate. No início da tarde, Euclides Hermes saiu do forte sob bandeira branca, para negociar a rendição dos demais e foi capturado a traição.

A partir daí o Forte de Copacabana ficou sob o comando dos jovens tenentes Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Entendendo que não havia chance alguma de vitória da revolta, Siqueira Campos, o mais radical entre eles, ordenou que os soldados o seguissem em marcha pela Avenida Atlântica, no sacrifício de combater de peito aberto as tropas federais. Em poucos metros, aos gritos de “revolução ou morte”, se chocaram com a vanguarda dos 100 mil homens mobilizados pelo governo e foram finalmente esmagados. No Mato Grosso, as tropas rebeldes desde 5 de julho combateram até o dia 13 de julho.

Até os dias de hoje não se sabe o que de fato aconteceu durante essa breve marcha. As informações da imprensa da época e o próprio relato dos sobreviventes e testemunhas oculares se chocam em incongruências. Provavelmente, ao abandonar a fortaleza, a maioria dos soldados debandou ou foi abatida. O que se sabe é que oito rebeldes foram hospitalizados gravemente feridos, dos quais apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes sobreviveram. Porém, no dia seguinte, o mítico número 18 estampado nas manchetes dos principais jornais do país tornou-se o estandarte de guerra das revoltas tenentistas que vieram a seguir.

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

100 anos da Semana de Arte Moderna: o que celebrar?

“A arte deve ligar-se estreitamente com a vida (como função intensiva desta). Fundir-se com ela ou perecer.” (Maiakovski)

| BRUNA DOS REIS

É comum que o modernismo seja tratado como precursor da arte genuinamente brasileira, adquirindo um caráter quase revolucionário. Em muitos artigos e reportagens sobre os desdobramentos da Semana, há observações como “Não por coincidência, poucas semanas depois, fundou-se o Partido Comunista do Brasil”.

Mas Ruy Castro, em seu texto “Como a semana de 22 virou vanguarda oficial depois de 50 anos esquecida”, para a Folha de São Paulo, explica que esse caráter revolucionário foi artificialmente construído em 1972, na comemoração dos 50 anos da Semana, pelo ufanismo da Ditadura Militar, no bojo das comemorações dos 150 anos da Independência.

Devemos lembrar o que estava acontecendo no mundo naquela época. A revolução de 1917 na Rússia influenciou não só a correlação de classes em todo o mundo, desencadeando uma época de revoluções (na Alemanha em 18, 19 e 23, na Hungria, na Romênia...). A perspectiva de a humanidade superar a divisão de classes também influenciou a arte em escala mundial, liberando energias criativas contra o passado, em “uma revolta existencial contra uma época e uma ordem de mundo que faz da vida humana uma tragédia” (Jangfeldt).

As vanguardas europeias - dadaísmo, fauvismo, surrealismo, expressionismo, futurismo, cubismo - foram fruto e expressão desses eventos da luta de classes. Mas assim como o futurismo russo é completamente diferente do futurismo italiano, também o modernismo brasileiro, apesar de ser uma expressão dessa época, guarda suas limitações do ponto de vista da arte, justamente pela posição política dos artistas que o desenvolveram. Em seu livro *Literatura e Revolução*, Trotsky sobre Maiakovski diz que “quis sinceramente ser revolucionário, antes mesmo de ser poeta. Na realidade, era acima de tudo um poeta.”

Ou seja, os movimentos artísticos e a repercussão que é dada a eles precisam ser analisados a partir do lugar que os artistas estão na luta de classes. Nos livros didáticos do Ensino Médio brasileiro, por exemplo, entre as vanguar-

No Brasil, as greves de 1917 e 1919 tomaram São Paulo, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, a Coluna Prestes. Tudo isso passou longe dos olhos dos modernistas

das europeias, é o manifesto com sementes fascistas de Marinetti o único exemplo do futurismo.

Nenhuma palavra sobre o futurismo russo, que destoava tanto do italiano que, em 1914, Maiakovski, Burliuk e Khlebniv receberam Marinetti com ovos podres e um panfleto em que o acusavam de ter traído seus próprios princípios. O futurismo de Maiakovski é o avesso do que a burguesia con-

sagrou como futurismo. E o modernismo brasileiro, consagrado pela Ditadura Militar, com seu nacionalismo indianista está muito atrasado na história, visto que o dadaísmo, o surrealismo e o futurismo eram movimentos de arte internacionalista.

No Brasil, as greves de 1917 e 1919 tomaram São Paulo, a revolta pequeno-burguesa dos 18 do Forte de Copacabana, a Coluna Prestes. Tudo isso passou longe dos olhos dos modernistas. Não escreveram nada, por exemplo, em defesa dos 18 do Forte, que estavam dando a vida para combater o governo.

Os organizadores da Semana de Arte Moderna (que, na verdade, teve três dias) eram filhos de ricas famílias cafejeiras, ligados ao PRP (Partido Republicano Paulista), o braço político das oligarquias, liderado pelo governador de São Paulo, Washington Luiz. O PRP dirigia o país, mantendo 70% dos brasileiros analfabetos e as eleições viciadas para que não houvesse surpresas com as eleições. Seu órgão oficial era o *Correio Paulistano*.

Obviamente, eles estavam do lado do governo. Um exemplo dessa proximidade é que o presidente Washington Luiz foi padrinho do casamento de Oswald de Andrade com Tarsila do Amaral, em 1926.

Reeditando a história

Em seu “Diário Confessional”, numa anotação de 23 de janeiro de 1952, Oswald liga a Semana à “renovação política de 1930”: “Eu mesmo já juntei, no ano de 1922, dois fenômenos de explosão nacional — a Semana, em fevereiro, e a insurreição do Forte de Copacabana, em julho. E esta prenun-

ciava a revolução de 1924 em São Paulo e o vitorioso movimento de 30”. Não há registros dessa relação ter sido feita por Oswald em 1922, mas só a partir dos anos 40.

Com base nas versões revistas e ampliadas dos fatos por Oswald nessa época, saiu toda uma nova história da Semana e do modernismo. Filmes, peças de teatro, shows, discos, performances, documentários, exposições e incontáveis reedições dos livros, exclusivamente de Mário e Oswald.

Franklin de Oliveira, em “A Semana de Arte Moderna na Contramão da História” explica “O mais perverso dos ditadores militares do ciclo de 64, o general Médici, consagrou a Semana de Arte Moderna como o evento central da cultura brasileira contemporânea. (...) Quando a Semana completou 50 anos, [ele] a incorporou ao calendário do putsch que instaurou no país o poder militar.”

Luis Martins, ex-marido de Tarsila, viu nas comemorações um exagero. Para ele, a Semana fora “a batalha de Itararé — aquela que não houve”. E Yan de Almeida Prado, veterano da Semana, em seu “A Grande Semana de Arte Moderna”, listou as entidades que inflaram o cinquentenário: o Ministério da Educação, o Conselho Federal de Cultura, o governo do Estado de São Paulo “e outras entidades oficiais e para-oficiais”.

Na esteira do “Brasil grande” e do “milagre brasileiro”, o governo Médici decidiu usar o sesquicentenário da Independência para gerar um sentimento ufanista e positivo. Todos os ministérios foram chamados a criar eventos. O da Educação era comandado pelo coronel Jarbas Passarinho, não um militar comum. No Pará, fora cronista e editor de revistas de caserna, publicara em 1959 um romance, “Terra Encharcada”, premiado pela Academia de Letras local, e se achava um intelectual. Quando ministro do Trabalho no governo Costa e Silva, passou à história por sua frase no dia 13 de dezembro de 1968, ao assinar o AI-5: “Às favas os escrúpulos da consciência”.

À frente do MEC em 1972, pode ter sido dele





Participantes da Semana de 22, realizada no teatro Municipal de São Paulo

a ideia de associar a Semana aos conceitos de “independência e nacionalismo”, motes do sesquicentenário, e, com o apelo ao Pau Brasil e à Antropofagia, ao “resgate dos valores indígenas”. O órgão executor das comemorações no setor era o Conselho Federal de Cultura, criado em 1967 no governo Castelo Branco e cujo primeiro diretor, Josué Montello, declarou ser sua principal atribuição “melhorar a imagem do regime ante os meios de comunicação”.

Ao revisar a história, a ditadura relegou à insignificância os trabalhos de Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, Candido Motta Filho, Tácito de Almeida, Agenor Barbosa e A. C. Couto de Barros e outros participantes da Semana.

“Pagu indignada no palanque”

Patrícia Galvão, sob o pseudônimo de Mara Lobo, escreveu a primeira obra literária brasileira a retratar a vida da mulher proletária, “Parque Industrial”, em 1933. A jovem escritora, de 23 anos, era ainda mais nova em 1922 e não participou da Semana de Arte Moderna.

Pagu, apelido que recebeu do poeta Raul Bopp, no poema Coco para Pagu, iniciou sua militância na adolescência, na Escola Normalista da Praça da República. Entrou para o movimento Antropofágico em 29 e foi a primeira mulher a ser presa por motivos notadamente políticos no Bra-

sil, em 1931. No confronto com a polícia durante uma manifestação no porto de Santos, recolheu o corpo do estivador negro Herculano de Souza, enfrentando a cavalaria da ditadura. Nesse episódio, foi traída pelo PCB, que a classificou, em um documento, como “agitadora individual, sensacionista e inexperiente”.

Apesar de Pagu ter sido uma importante militante comunista, presa 23 vezes, essa não era a mesma posição política de Oswald, com quem, em 1931, estava casada. Oswald diz ter se filiado também ao Partido Comunista Brasileiro, o que provavelmente é mentira. Mas essa filiação não pode ser comprovada. Não consta nos registros do partido, nem nas memórias dos comunistas da época, nem nos prontuários da polícia.

Na época, o PCB estava adotando uma linha obreirista, da Internacional stalinizada. Então os jornalistas e intelectuais eram considerados “sujeitos a desvios pequeno burgueses” e perseguidos pela direção do partido.

Pagu e Oswald editaram juntos, em 1931, o jornal “O homem do povo”, que o povo não leu e só durou 8 edições, três semanas. Era financiado pelo próprio Oswald e extremamente sectário. Na seção Mulher do Povo, podemos ler deliciosas críticas de Pagu ao feminismo, pela sua origem burguesa.

A aventura de Oswald com o marxismo acabou oficialmente em 1945. Nessa época, escreveu

textos como “A marcha das utopias” e “A crise da filosofia messiânica”, onde se pode ler:

“E não seria mais estranho ouvirmos uma noite, pela boca universal da Rádio-Moscou, que foi proclamado o Dogma da Imaculada Revolução”.

Em que pese que Oswald nunca foi de fato convicto da sua militância, é importante observar que há aqui uma confusão entre o marxismo e o stalinismo. Ele faz críticas ao dogmatismo utópico e messiânico, exatamente como era o stalinismo, a deturpação do marxismo, que dirigia a Internacional Comunista.

Em 1932, o partido ordenou que Pagu se afastasse de Oswald, por ele ser “ligado a burgueses”. E era mesmo, um desses era o advogado Vicente Rao, que depois viria a ser o ministro da Justiça de Getúlio (1934-37).

Esse episódio também aconteceu no livro Parque Industrial. Uma operária e militante protagonista da história, Otávia, desenvolve um relacionamento com um burguês recém-adepto do comunismo. O companheirismo deles, descrito de maneira doce, é interrompido quando os camaradas de Otávia levam para assembleia a acusação de que Alfredo é um trotskysta e deve ser afastado das relações com o partido.

No livro, prontamente a personagem

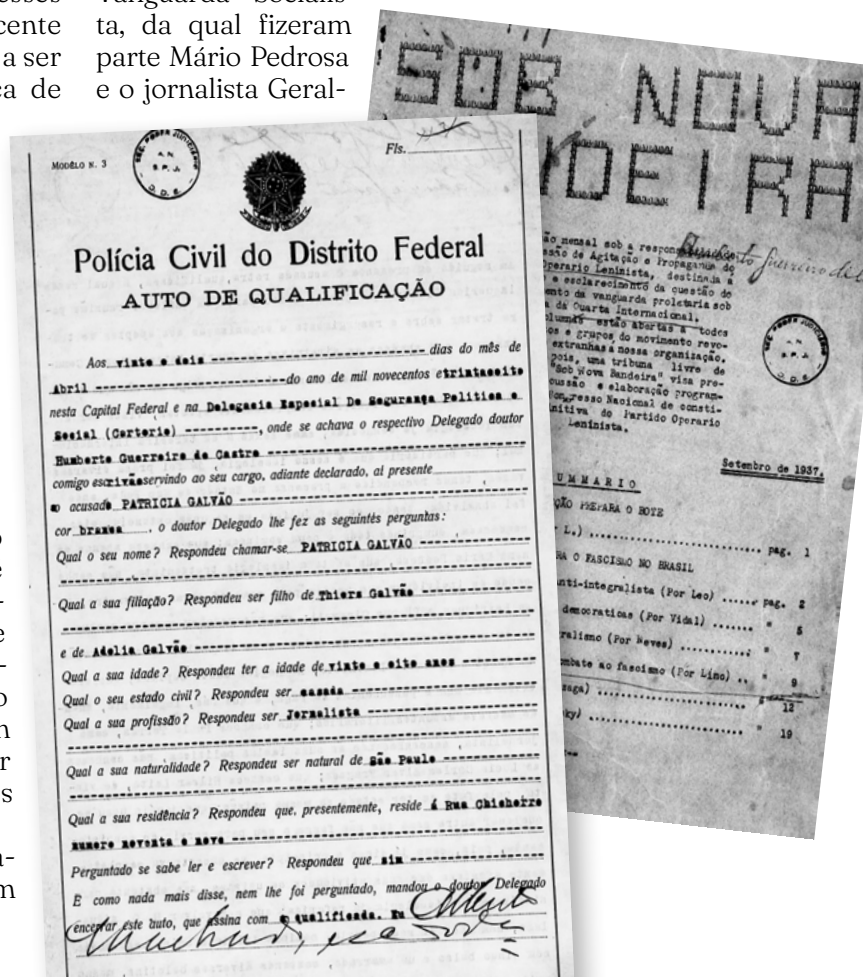
encerra seu relacionamento. Mas, na verdade, a acusação de trotskysmo, muito vulgar nesse período, foi feita à Pagu, o que gerou sua expulsão do PCB. Hoje, nas comemorações do centenário, o PCB utiliza a imagem de Pagu como uma de suas militantes. O que eles não contam é que a traíram e a expulsaram por ser, de fato, trotskysta.

Pagu havia viajado para a Europa como jornalista, e lá conheceu o PC francês, entrevistou Breton e se aproximou do trotskysmo. Nessas viagens ela também entrevistou Freud e participou da coroação do último imperador chinês Pu-Yu, de quem obteve as primeiras sementes de soja que chegaram ao Brasil. Colaborou na revista Vanguarda Socialista, da qual fizeram parte Mário Pedrosa e o jornalista Geral-

do Ferraz, que iria se tornar seu segundo marido e pai de seu segundo filho, Geraldo Galvão Ferraz. Passou a viver em Santos, onde se dedicou também às artes cênicas.

A academia, buscando justificar o apagamento das obras de Pagu dos currículos, diz que sua obra era meramente panfletária e nada artística. É bem verdade que há, em Pagu, uma certa influência do realismo socialista, impossível de passar incólume militando em um partido sob fortes influências do stalinismo. Mas só quem não leu Parque Industrial pode ignorar a literariedade ao tratar, pela primeira vez na história da literatura brasileira, de temas como aborto, maternidade, prostituição, casamento, desde um olhar de classe.

Por fim, a ditadura militar se utilizou do modernismo por conta do seu nacionalismo indianista. Vargas também já tinha feito isso, construindo com Villa Lobos as escolas de música no estado de São Paulo. Todo nacionalismo é medíocre. Mas apesar de muitos de seus integrantes serem ligados à burguesia e ao poder, como o modernismo foi o único movimento que trouxe uma novidade artística diante do momento de acirramento da luta de classes no Brasil e no mundo, acabaram reunindo grandes artistas, como a própria Tarsila, Pagu e outros, que em suas obras foram muito além do nacionalismo.



JUVENTUDE

A EDUCAÇÃO E O TRABALHO RESERVADOS À JUVENTUDE BRASILEIRA

| CHICO AVIZ

No Brasil, o trabalho entre crianças, adolescentes e jovens sempre esteve presente, obtendo como marca a precariedade tanto pelas mais rebaixadas ocupações, quanto pelas piores remunerações e relações trabalhistas. Durante a greve de 1917, por exemplo, uma das maiores da história do Brasil, o uso da força de trabalho de menores de idade nas fábricas (que ganhavam em média 10% do salário de um operário adulto) estava entre um dos motivos da insatisfação generalizada dos trabalhadores. Em geral, estes jovens são das famílias mais empobrecidas e menos escolarizadas da classe trabalhadora. A Organização Internacional do Trabalho confirma que salários módicos, informalidade, alto índice de rotatividade e uma hercúlea conciliação entre estudos, trabalho e família são os principais desafios da juventude no país.

No último período, a

mobilização dos trabalhadores de aplicativos explicitou o quanto a juventude é afetada por esses postos precarizados, ao ser a força de trabalho mais barata no mercado e atacada em sua formação educacional. O Núcleo de Estudos Conjunturais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) mostra que esses trabalhadores têm majoritariamente entre 18 e 29 anos, sendo que 30% iniciou neste ramo durante a pandemia, grande parte recebendo menos de um salário mínimo.

Mundialmente, tais condições são resultado da exploração capitalista no estágio de degeneração deste regime, que inviabiliza as próprias conquistas históricas das revoluções burguesas, arrancadas pelos trabalhadores e juventude nesses processos, como o acesso à educação e à ciência. Essas revoluções propiciaram avanços para os povos que as realizaram, mas para as colônias dominadas a história foi outra, onde as burguesias nativas, imersas em

contradições em busca de mais lucros, reservaram a superexploração à juventude, como é o caso brasileiro.

Para entendermos isso, precisamos conhecer o processo de independência do Brasil, o qual completa 200 anos em 2022. Lembremos que o Brasil havia deixado de ser oficialmente colônia em 16 de dezembro de 1815, quando passou a compor o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por consequência da fuga da corte lusitana para o Rio de Janeiro em 1808 e como estratégia de Dom João VI para abafar qualquer aspiração independentista. Porém, a concepção materialista e dialética da história nos esclarece que a Independência não foi uma real emancipação. Não apenas pela permanência de um monarca português no poder, Pedro I, transformado em imperador, mas principalmente pelo endividamento brasileiro perante o capital estrangeiro, especialmente o inglês, herdando dívidas portuguesas.

Compreendendo dessa maneira a “independência” nacional, vemos que a chamada “crise do sistema colonial” não foi uma mera contradição entre desenvolvimento e exploração, a partir do pacto entre metrópole e colônia. Na realidade, no século 19 os países imperialistas de capitalismo industrial haviam superado sem dificuldades os atrasados Portugal e Espanha, almejando a subjugação desses países aos seus domínios, especialmente privados.

Dessa forma, o que gestou o “Dia do Fico” de Pedro I, em janeiro de 1822, e a Independência assinada pela arquiduquesa austríaca Maria Leopoldina, em setembro do mesmo ano, foi a concreta inviabilidade de um modelo de dominação tal qual o do Antigo Regime. Localmente, as elites receavam que uma independência poderia pôr fogo nas massas trabalhadoras, que lutavam constantemente por sua libertação, mesmo que sem uma orientada organização. Logo, tal qual ordenou Dom João ao seu filho, a Independência foi realizada pela monarquia e a burguesia colonial sem participação popular e sem profundas mudanças sociais.

Dessa forma, o que gestou o “Dia do Fico” de Pedro I, em janeiro de 1822, e a Independência assinada pela arquiduquesa austríaca Maria Leopoldina

O atraso e tais características dessa “emancipação” expressam o conhecido papel do Brasil no capitalismo internacional. Historicamente, essa posição de colônia, seja portuguesa, inglesa ou norte-americana, reserva à classe trabalhadora brasileira, especialmente à juventude, o referido papel de superexploração nos postos de trabalho mais precários. Isso enquanto os melhores cargos e posições sociais ficaram restritos aos filhos das classes domi-

nantes, principalmente urbanas, formados pela ilustração, pelas ideias revolucionárias do iluminismo e o acesso à ciência por meio dos livros que recebiam, dos jornais críticos ao sistema colonial dos quais participavam e dos seus estudos na Europa.

Com a independência essa realidade não mudou, apenas propagandeou o letramento, visando a exploração da camada de trabalhadores livres, longe de uma educação para o desenvolvimento humano e científico. Na autoritária Constituição de 1824, que assegurou um reinado absolutista a Pedro I via Poder Moderador, chegou-se a afirmar, no artigo 179, que “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, sendo acrescida pela determinação de 15 de outubro de 1827 que ordenou escolas de “primeiras letras” em todas as “cidades, vilas e lugares populosos” do país. Essa lei também orientou que os presidentes de províncias iriam precificar o valor do trabalho dos professores, as escolas teriam ensino monitorial, onde um aluno mais treinado ensinaria um grupo de 10 alunos supervisionado por um inspetor, a formação dos professores deveria ser de curto prazo e às próprias custas, além da adoção dos conteúdos orientados pelo Estado, sendo o ensino da leitura por meio da Constituição Imperial e da História Oficial do Brasil para preservar a unidade nacional, a ordem social escravista e a defesa dos princípios da moral cristã e da doutrina da Igreja Católica.

Porém, nem mesmo essa débil legislação foi efetivada pelo Estado. Na década de 1830, os relatórios





do ministro

Lino Coutinho expuseram os resultados irrelevantes da Lei de 1827, onde, na prática, o ensino mais básico não estava sendo ofertado à juventude.

Já durante o Período Regencial, o Ato Adicional de 6 de agosto de 1834 deu maiores poderes às províncias, possibilitando constituições próprias, caso harmonizadas com o poder central. A educação primária e secundária passou a ser de responsabilidade de cada estado, enquanto o Governo Central ficava com o ensino superior, acessado exclusivamente pelos filhos da burguesia.

Na parte final do Império, em 1879, a liberdade de cátedra foi conquistada, porém o acesso seguiu restrito e tal garantia se deu apenas às orientações protestantes e positivistas. Tais escolas formaram a camada burguesa que dirigiu o ato republicano de 15 de novembro de 1889, tendo como máxima expressão Benjamin Constant, defensor da educação como capaz de arrefecer as tensões sociais.

Ao longo de todo o Império, a taxa de analfabetismo variou entre 92% e 82%, como apontou o único censo feito pelo governo imperial em 1872. Mesmo com a República, o Brasil só chegou a 50% de analfabetos décadas após o fim da monarquia, segundo o recenseamento de 1940.

A partir da industrialização brasileira, o início do afluxo do campo para a cidade e o crescimento da

classe operária no país, os debates e mobilizações em torno da educação agitam a sociedade. A primeira proposta defendendo que “o Estado desenvolvesse uma escola única, gratuita, laica” foi apresentada no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Apesar da ebulição do período em torno do tema, com a Igreja e grupos empresariais buscando outros modelos educacionais que se opunham ao Manifesto de 1932, foi somente no fim da Era Vargas que foram decretadas as primeiras “leis orgânicas” da educação, porém ainda parcas.

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pela continuidade da luta pelo ensino público, gratuito e para todos, porém o modelo aprovado em 1961, na LDB 4.024/61, declarou a educação como direito do cidadão, mas não assumiu o compromisso de provê-la a todos. Além disso, favoreceu a iniciativa privada por meio de subvenções e financiamento para a construção, reforma e aquisição de equipamentos para escolas.

A base material para esse quadro histórico do sistema educacional brasileiro é o desenvolvimento capitalista, que ao moldar a economia nacional para a produção de commodities de exportação, demanda uma força de trabalho pouco qualificada e baixo desenvolvimento científico e tecnológico. Apesar desse fato basilar do capitalismo nas semicolônias, há também uma grandiosa contradição para a bur-

guesia nativa: a necessidade de um progresso tecnológico e científico nacional, ainda que retardatário diante das potências imperialistas, inclusive para seus próprios lucros.

Contudo, ainda assim, o capitalismo em sua fase imperialista é incapaz de garantir a oferta de educação pública, gratuita e para todos em todos os níveis. Dessa forma, impõe desmontes contínuos na educação pública pelo desejo permanente de lucrar com esse mercado.

A educação pública, gratuita e universal é uma bandeira que só pode ser conquistada pela juventude e a classe trabalhadora por meio do combate dos povos oprimidos. As lutas contra a dita-

dura militar, por exemplo, que culminaram na fundação do PT e da CUT, também arrancaram da burguesia a universalização do ensino previsto na Constituição de 1988, reivindicação essa que só não se tornou viável por conta dos limites impostos pelo próprio capital e pelos constantes ataques que se realizaram no período posterior. É justamente essa organização revolucionária, que caracteriza a juventude, que é capaz de derrotar definitivamente o capitalismo, um regime decrépito onde as forças produtivas tornaram-se forças destrutivas da própria sociedade, impossibilitando inclusive a idealizada educação republicana.

Ainda assim, enfrentando todas as adversidades

impostas pelo sistema, a juventude brasileira segue em luta por empregos dignos e serviços públicos, gratuitos e para todos. Exige qualificações técnicas e científicas, igualdade nas legislações sociais e trabalhistas e conquistas culturais. É certo que não nutrimos qualquer ilusão nessas vitórias sob o modo de produção capitalista, mas são essas bandeiras que nos movem a estudar a história, convocar a juventude e ajudar na organização revolucionária por um governo dos trabalhadores. Sob essa perspectiva, podemos superar essas condições de subjugação de nosso povo pela real independência da classe trabalhadora no Brasil e no mundo.



TEORIA



SÃO PAULO DEVE SER DESTRUÍDA

Livro de Moacir Assunção conta a história da maior guerra urbana da América Latina travada pelo governo Arthur Bernardes contra os tenentes revoltosos e, particularmente, contra os operários de São Paulo

| EVANDRO COLZANI

Publicado em 2015 pela editora Record, o livro “São Paulo deve destruída”, de Moacir Assunção, relata um episódio pouco falado de nossa história, dos dias em que o governo de Arthur Bernardes, do Partido Republicano, bombardeou a segunda mais importante cidade do país para, entre outros objetivos, conter uma revolta de tenentes que buscaram reformar o Estado brasileiro.

É justamente ao expor os objetivos não declarados do governo brasileiro que a obra de Moacir revela sua merecida importância, pois ao investigar a revolta tenentista o autor demonstra, por meio de entrevistas, fotos e documentos da época que os mais atingidos pelas bombas e os principais alvos da repressão policial não foram os tenentes revoltosos, mas os moradores dos bairros proletários e dirigentes sindicais, anarquistas e comunistas.

Uma história esquecida?

A revolta comandada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes e protagonizada pelos tenen-

tes Joaquim Távora, Juares Távora, Miguel Costa, Eduardo Gomes e João Cabanas começou no dia 5 de julho de 1924 e, após cinco dias, os aviões franceses Spad e aviões-bombardeiros Breguet iniciaram seus ataques ordenados pelo presidente do Brasil, Arthur Bernardes, e seu ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, resultando na morte de 503 pessoas e deixando 4.846 feridos, de acordo com os dados oficiais da época (a legação americana calculou mil mortos).

A repressão à revolta também contou com a participação dos generais Eduardo Sócrates e Tertuliano Potiguara, veteranos, junto de Setembrino Carvalho, em dois episódios marcantes da história brasileira: as guerras de Canudos e do Contestado (chamada pela imprensa da época de “Canudos do Sul”).

O temor do desenvolvimento de semelhante cenário, registrado, inclusive, pelo jornalista legalista Aureliano Leite em “Dias de Pavor” – “Canudos (...) ofereceu (...) resistência tal que, transportada para São Paulo, na hora amarga, que vimos atravessar, e igualada às condições guerreiras da

rebeldia, exigiria da legalidade 30 mil homens para a dominar” –, resultou em uma estratégia inusitada de atacar, não os pontos nos quais se localizavam os militares, mas os bairros proletários da cidade com a intensão de aterrorizar a população e jogar os atingidos contra os rebeldes:

“(…) o bombardeio àqueles bairros aterrorizava a população em geral, atingindo fábricas e residências, e ocasionando baixas de civis, e fazendo o restante da população pressionar os rebeldes a abandonar a cidade. A prática era considerada crime de guerra pela Convenção de Haia de 1917, da qual o Brasil era signatário.”

Na verdade, esse não é um fato esquecido, mas apagado. Foi uma decisão política da burguesia

Os relatos que Moacir reúne em seu livro de-

monstram a brutalidade da repressão ao movimento e, ao mesmo tempo, os verdadeiros alvos. Casos como o da família Giani, moradora do bairro Bom Retiro, “uma das que mais sofreram no conflito”, nos dão um importante exemplo:

“No dia 17 de julho, (...) uma granada explodiu em frente à casa da família, de origem italiana, matando dois filhos de Antonio Giani, Lúcia e Pedro. Em seguida morreram mais dois.

“(…) a mulher do italiano, que tinha mais duas gêmeas pequenas, ficou tão abalada com o ocorrido que não conseguiu mais amamentar as meninas, mortas, pois, de inanição.”

Os irmãos José e Maria Libonia, operários moradores do bairro Cambuci “presenciaram a morte da mãe, Grazia Paula Libonia, assassinada a tiros por forças legalistas [governistas] no dia 15 de julho de 1924” e a alemã Anna Schimidt Werner “relatou também a morte, no dia 12 de julho, da filha Dinorah, e os ferimentos em suas irmãs Zulmira e Marta (...), e nela própria, por estilhaços de granada lançada contra a casa em que viviam”.

O cerco a São Paulo não só fez vítimas diretas das bombas, tiros e grana-

das, mas culminou também na escassez de comida e, conseqüentemente, em saques da população aos mercados e armazéns da cidade, além do êxodo massivo de mais de 300 mil moradores de uma cidade que contava com 700 mil habitantes.

São poucos os vestígios em casas, prédios e outras construções que restaram dos confrontos deste episódio. A chaminé da usina de luz ao lado do quartel da Rota é um deles, assim como as marcas de bala na igreja Santa Ifigênia e marcas de bombas no antigo Cotonifício Crespi (imagem acima), localizado no bairro da Mooca. A produção de livros e artigos sobre o evento também é parca e criou-se, então, um mito de que a “Revolução de 1924” foi uma revolução ou revolta esquecida.

Na verdade, esse não é um fato esquecido, mas apagado. Foi uma decisão política da burguesia, pois a história dos bombardeios de São Paulo revela a sua verdadeira face covarde, diante do medo da revolução proletária, e brutal, na tentativa de afastar sua mais remota possibilidade. É o que demonstram os fatos reunidos por Moacir Assunção:

“Na região que foi atacada, se localizavam algumas das principais organizações anarquistas da cidade, como as ligas operárias do Brás, Mooca e Belenzinho. Havia, sem dúvida, o temor governamental de que os anarquistas, ou até mesmo os comunistas, se aproveitassem da revolta para promover uma revolução social. Não por acaso, a região atacada pelos canhões tinha sido a mais ativa durante a greve de 1917.”

Havia o temor das classes dominantes de que a ação tenentista desencadeasse um movimento popular que fugisse do controle dos próprios revoltosos, era o medo do espectro do bolchevismo que rondava o mundo. Os ataques proferidos por Arthur Bernardes e seus aliados se dirigiram também aos “elementos estrangeiros” que compunham a classe operária paulistana, formada por imigrantes italianos e espanhóis, principalmente, que chegaram ao Brasil já imbuídos de ideias anarquistas e socialistas. Em uma troca de cartas com Monteiro Lobato, o presidente brasileiro comentou o episódio:

“Quanto à atitude do povo paulista em face do levante de 5 de julho último, (...) a lamentável ocorrência foi também a influência do elemento estrangeiro, cujo excesso, dando de certo modo um aspecto cosmopolita a essa capital, acaba até por opor sérios embaraços nos elementos em que a população desejava vibrar pelas coisas brasileiros.”

E concluiu congratulando a “vitória da boa causa”, torcendo para que os “dignos paulistas” soubessem tirar as devidas lições do episódio.

No entanto, o receio da ação da classe operária era compartilhado pelos próprios tenentes que pegaram em armas para derrubar Arthur Bernardes. No dia 10 de julho, o general Isidoro Dias Lopes participou de uma reunião com representantes das chamadas “classes conservadoras” na casa do presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo, e durante os dias de revolta os tenentes mantiveram contato e realizaram acordos com diversos representantes da classe dominante que eram opositores ao governo Federal, por exemplo, e se recusaram a

Residência na rua 21 de abril, no bairro Belenzinho, bombardeada por soldados legais postados na Penha. Pelo impacto da granada no prédio, é possível perceber que a bomba caiu no teto, destruindo a coluna de sustentação

Fonte: São Paulo deve ser destruída



manter qualquer diálogo com dirigentes operários que simpatizavam com o movimento.

Alguns deles “tentaram até mesmo negociar com o líder dos militares rebeldes (...) um acordo que previa a entrega de armas a pelotões de trabalhadores e a formação de grupos paramilitares sem ingerência militar”, mas foram rejeitados da mesma maneira que foram aqueles que propuseram agitar no interior de Minas Gerais e Paraná para enfraquecer o governo e garantir a adesão popular à revolta.

Consequências

Para nomear sua obra, Moacir Assunção empresta uma antiga frase em latim “*Carthago delenda est*”, proferida pelo senador romano Catão, o Velho, durante as Guerras Púnicas, em II a.C., que significa “Cartago deve ser destruída”. Esse foi um período, segundo Marx, em que não se valorizava “a elegância do discurso, mas sim o vigor das sentenças”. Roma estava prestes a entrar em uma nova etapa de sua história, marcada pelo seu domínio total do Mediterrâneo a partir da destruição do último reduto fenício na região. Posteriormente, a frase passou a simbolizar a intensão de destruir qualquer inimigo, sem dar-lhe chance de recuperação.

A sentença de Catão, para o autor, foi proferida no dia 24 de julho, por meio de um comunicado à população de São Paulo. As tropas legalistas precisavam “agir com liberdade contra os sediciosos” e pediam “à nobre e laboriosa população de São Paulo” que abandonasse a cidade “deixando os rebeldes entregues à própria sorte”. Tratava-se de um ultimato, era o aviso

de um bombardeio geral, de completa destruição da cidade diante de um quadro em que a fuga da população era irrealizável pela falta de tempo e meios de transporte disponíveis.

Setembrino Carvalho já havia declarado anteriormente, em resposta ao pedido dos líderes da sociedade civil, pelo fim do bombardeio, que “os danos materiais de um bombardeio podem ser facilmente reparados”, dando um belo exemplo da forma como a burguesia enxerga os oprimidos. Os tenentes sabiam o que significava o comunicado e, na madrugada de 28 de julho, “o comboio com 3,5 mil soldados, canhões, armamento em geral, cavalos e víveres retirou-se”.

As revoltas tenentistas de 1922 e 1924 nos fornecem um importante raio-x da sociedade brasileira da época, da formação da burguesia e da classe operária e do próprio Estado brasileiro moderno. Com a explosão das greves de 1917-20, a burguesia brasileira não se permitiu mais ignorar o papel da classe operária e seu potencial.

Em 1922, foi criada a 4ª Delegacia Auxiliar, sob o comando do major Carlos dos Reis, como o princípio de uma polícia política, voltada para o controle social. Assim que a revolta foi vencida, a primeira providência de Arthur Bernardes “foi pedir (e obter) do Congresso a decretação de um novo estado de sítio por sessenta dias. (...) Praticamente todo o mandato do presidente, entre 1922 e 1926, se passou sob essa medida de exceção”. Ao final de 1924, foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo com o objetivo de “enfrentar as ameaças

revolucionárias’ com as quais se defrontava o presidente”. Sobre essa questão, resume o autor:

“Não restam dúvidas de que naquela época se constituiu um poderoso aparelho repressivo, cujas consequências chegaram até nossos dias, depois de passar pelas ditaduras do Estado Novo e a militar.”

Os tenentistas presos após os combates de São Paulo e de outras regiões do país foram levados para prisões remotas, localizadas em ilhas ou em regiões mais afastadas e compartilharam celas com prisioneiros comuns. A mais famosa foi a prisão de Clevelândia, no Amapá, uma espécie de “inferno verde” também conhecida como a Sibéria tropical. Entre 1924 e 1927, 491 dos 946 prisioneiros de Clevelândia morreram em decorrências de doenças tropicais.

O movimento tenentista de 1924, iniciado em 1922 com a “Revolta dos 18 do Forte de Copacabana” (ver páginas 04 e 05), reverberou ainda em outros estados brasileiros, e os revoltosos de São Paulo, posteriormente, se dirigiram ao interior do estado para se unir à Coluna Miguel Costa-Prestes.

Aprender com as guerras e revoluções

“São Paulo deve ser destruída” é uma obra fundamental para aqueles que buscam compreender o Brasil no centenário de sua independência – as origens da República, a formação da burguesia e da classe operária. Nos mostra que o capital não só “nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros” como explicou Marx, mas também evidencia que, por trás de um poderoso aparato de repressão, se esconde a classe dominante nativa: covarde, submissa ao imperialismo, que vê “nas palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, um caráter subversivo” (Mario Pedrosa e Lívio Xavier).

Essa burguesia, que entrou na cena histórica já decrépita, se mostrou capaz de destruir uma cidade inteira e, se necessário, arrastará a civilização para a barbárie em nome da propriedade privada e de seus lucros. Cabe aos revolucionários a tarefa de aprender com a história, com as guerras, as revoluções e com o marxismo, para, junto da classe operária, pôr um fim a esse regime que só tem a oferecer exploração, sofrimento e miséria.



Para adquirir um exemplar do livro, envie uma mensagem para o WhatsApp da Livraria Marxista: (11) 98948-0324

TEORIA



O centenário do PCB e a esquerda marxista na atualidade

Parte 1: A revolução por etapas e a colaboração de classes

MICHEL GOULART
DA SILVA

O centenário de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) coloca à esquerda marxista um conjunto de reflexões para a atualidade da construção do partido revolucionário. Em março de 1922 a proposta de fundar um partido a partir dos princípios do bolchevismo certamente foi um marco simbólico fundamental para a esquerda no Brasil. Contudo, desde a sua fundação, seja pela fragilidade do marxismo desenvolvido no Brasil durante a Primeira República, seja pela origem anarquista ou sindicalista revolucionária de parte de seus fundadores, o partido mostrou um conjunto de debilidades. Essas debilidades, em vez de serem superadas a partir da atuação na luta de classes e do debate interno visando o avanço da elaboração política e teórica, levaram a que, desde muito cedo, o PCB estivesse marcado pela degeneração de seu funcionamento e pela política de colaboração de classes, sob influência da direção

stalinista da Internacional Comunista (IC).

Esses problemas, entre outros fatores, estão na raiz de não existir na atualidade qualquer organização que represente um fio de continuidade em relação ao partido fundado em 1922. Em todos esses anos, se tem visto as diferentes organizações – em particular aquelas que se alinham em torno do atual PCB, do PCdoB e dos grupos herdeiros do prestígio – se digladiando pelo legado do partido fundado em 1922, sem que se faça um balanço sério sobre os crimes e as traições de Stalin e dos burocratas que o apoiaram e sobre a degeneração teórica e política que representou o stalinismo. Os pretensos herdeiros do partido fundado em 1922 se mostraram incapazes de fazer um balanço a fundo sobre a teoria da revolução por etapas, a política de colaboração de classes e a coexistência pacífica, analisando a degeneração antimarxista representada pelo stalinismo como se fosse apenas um conjunto de equívocos conjunturais. Por outro lado, ainda que eventualmente façam críticas a uma ou

outra das ações stalinistas, não é incomum que esses grupos repitam muitas dessas políticas traiçoeiras, em particular a colaboração de classes com setores da burguesia ditos “progressistas”.

Os pretensos herdeiros do partido fundado em 1922 se mostraram incapazes de fazer um balanço a fundo sobre a teoria da revolução por etapas, a política de colaboração de classes e a coexistência pacífica

Os erros do passado não podem ser imputados às atuais direções dessas organizações, as quais, em alguns poucos casos, mostraram um efetivo esforço, ainda que limitado, para superar a tradição stalinista. Nesse aspecto, é fundamental apontar que, se hoje nenhuma or-

ganização é herdeira do partido fundado em 1922, isso se deve a décadas de ações que levaram o PCB e suas dissidências ao completo esfacelamento. O PCB de 1922, fundado sob o impacto da Revolução Russa e das lutas operárias no Brasil, que inclui greves gerais e tentativas insurrecionais entre 1917 e 1920, muito cedo se viu afogado na colaboração de classes e percorrendo o caminho de integração ao Estado.

Desde pelo menos 1924 esteve presente nas formulações do partido a ideia de um passado feudal no Brasil. Para o PCB, a contradição fundamental estava na disputa entre duas fracções imperialistas, a inglesa, que teria como base o “agrarismo”, e a norte-americana, que teria como base o “industrialismo”. Para o PCB, o centro da política dos trabalhadores e, consequentemente, dos comunistas passaria por pressionar pelo acirramento dessas disputas, com vistas ao “esmagamento dos agrários”. Essa política foi desenvolvida no livro *Agrarismo e industrialismo*, de Octávio Brandão, publicado em 1926. Na

mesma obra, o então dirigente do PCB caracterizava que “a política industrial marcha para superar a política feudal, isto é, os grandes burgueses industriais marcham para a conquista do poder político”. Nesse sentido, defendia que os trabalhadores lutassem para “impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela”, com vistas a “agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal” e empurrar “a revolução da burguesia industrial” até “os seus últimos limites, a fim de, transposta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária, comunista”.

No mesmo período, em âmbito internacional, o stalinismo iniciou de forma mais efetiva sua política de colaboração de classes. Segundo Pierre Broué, “desde 1924, Stalin propusera o novo modelo de partido nacional-revolucionário, aliando operários, camponeses e pequena burguesia”. Um dos primeiros laboratórios dessa política se deu

na China, com a orientação da IC para que os militantes comunistas não apenas apoiassem, mas também se subordinassem à disciplina do Kuomintang, um partido burguês nacionalista liderado por Chiang Kai-shek. O resultado dessa política foi a perseguição aos comunistas feita pelos supostos aliados e o esfacelamento do partido comunista. Trotsky criticou na época essa política desastrosa da IC:

“A subordinação oficial do Partido Comunista à direção burguesa e a proibição de criar soviets (Stalin e Bukharin ensinaram que o Guomindang ‘substituiu’ os soviets) constituem uma traição muito mais chocante e mais grosseira ao marxismo do que toda a atividade dos mencheviques de 1905 a 1917”.

No Brasil, o PCB comparou essa política da IC à construção do Bloco Operário Camponês (BOC). Segundo a direção do PCB, o BOC, uma aliança eleitoral que reunia tanto trabalhadores como setores oriundos da pequena burguesia, seria um “Kuomintang brasileiro”. Esse bloco materializaria, segundo análise crítica de Aristides Lobo, fundador da corrente trotskysta no Brasil, uma “aliança política e ideológica” com os militares tenentistas, que o PCB caracterizava como uma “pequena burguesia revolucionária”.

Em âmbito internacional, a política de colaboração de classes stalinista ganhou um novo patamar com as frentes populares, a partir de 1935. Nesse ano, no Congresso da IC se aprovou que, diante do ascenso do fascismo, os comunistas poderiam construir frentes em unidades com partidos burgueses que se opusessem ao fascismo. Essa aliança poderia se materializar inclusive em governos burgueses, como ocorreu na Espanha e na França, em 1936. Na época, os trotskystas brasileiros analisaram essa política, afirmando, em relação ao PCB:

“A sua linha direitista de agora foi traçada não por ele mesmo, mas pelo próprio congresso da IC (1935), do qual se pode dizer que foi o congresso da dissolução da III Internacional, como partido mundial da revolução proletária. De fato, nesse congresso, as últimas posições revolucionárias clas-



sistas foram abandonadas quando a luta fundamental em nossa época – a luta de morte entre o comunismo e o fascismo – foi rebaixada a um duelo dentro do regime capitalista entre a democracia burguesa e o fascismo. Em consequência disso, as seções nacionais da IC foram reduzidas a meros guardas da ‘democracia burguesa’ (política das frentes populares) e a agências de colaboração de classe com os governos imperialistas dos chamados países ‘democráticos’ e ‘amigos da paz’, ‘aliados’ ou presumíveis aliados da União Soviética”.

Essa política ganhou contornos mais profundos ao longo das décadas seguintes, significando, em muitos países, o completo abandono da independência de classes por parte dos partidos comunistas. Por outro lado, os comunistas passaram a abertamente se colocar ao lado de um ou outro campo burguês na defesa da ordem capitalista, deixando a defesa da revolução e do socialismo apenas para os dias de festa.

No Brasil, a aplicação dessa política levou o PCB a construir alianças com setores da burguesia que, em seu entendimento, seriam progressistas, em particular os setores representados politicamente pelo getulismo. Pode-se apontar diferentes consequências para isso, mas a fundamental certamente é a aplicação da ideia da “revolução por etapas”, que levou o partido a abertamente não apenas defender que seria preciso primeiro desenvolver o capitalismo, como

também a alianças com a burguesia. O desdobramento disso foi a ilusão de que seria possível transformar a sociedade de forma pacífica.

Sobre esse tema, são bastante esclarecedores os documentos produzidos pelo PCB entre as décadas de 1940 e 1960. Em 1949, em um informe ao Comitê Central (CC) do PCB, Luis Carlos Prestes afirmava:

“(...) remover as causas profundas do atraso e da reação política, afastar os obstáculos que impedem o desenvolvimento das forças produtivas no país. Isto implica na luta consequente contra os restos feudais e todas as formas pré-capitalistas de exploração, quer dizer, na revolução agrária, de um lado; e de outro, na luta contra o imperialismo estrangeiro, norte-americano em particular nos dias de hoje e pela independência nacional. No imperialismo e no feudalismo, particularmente no primeiro, estão os inimigos mortais do nosso povo”.

Essa luta para “remover” os “restos feudais” significava uma etapa dentro do processo revolucionário, assim descrita pelo partido em 1954:

“A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária antifeudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais e tem por objetivo derrocar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas”.

Essa luta contra os resquícios feudais teria como

aliada a burguesia. Como consequência, o PCB afirmava, no mesmo documento de 1954, que o seu programa não ameaçaria os interesses da burguesia, mas sim:

“[...] defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional. Essa posição é acertada, decorre de uma justa compressão do caráter da revolução brasileira em sua primeira etapa, quando as necessidades já maduras do desenvolvimento da sociedade brasileira, que exigem solução imediata, são exclusivamente as de caráter anti-imperialista e antifeudal”.

Contudo, a colaboração de classes não se limitava a defender um programa comum com a burguesia, mas também na aliança estratégica com a classe inimiga. Em 1958, o CC do partido afirmava:

“O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é de interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios”.

Esses “interesses contraditórios” deveriam ficar em segundo plano diante do que o PCB entendia como necessida-

de primordial: derrotar os “restos feudais”. Nesse cenário, a adaptação do PCB à democracia burguesa e a linha stalinista de “coexistência pacífica” com o imperialismo levaram o partido a teorizar sobre a possibilidade de que todo o processo de transformação da sociedade poderia ser feito de forma pacífica. Em 1958, afirmava:

“O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação”.

O PCB, portanto, não apenas defendia a possibilidade de uma transformação social pacífica, como se utilizava da ideia de “reformas graduais”, algo que tinha sido enterado com a Segunda Internacional depois do seu apoio ao imperialismo na Primeira Guerra Mundial. Do ponto de vista teórico, portanto, o PCB retrocedeu ao reformismo de Eduard Bernstein.

Aristides Lobo,
fundador da
corrente trotskysta
no Brasil





A atualidade da luta anti-imperialista para a revolução nos países atrasados

Lições do 4º Congresso da Internacional Comunista e a luta pela Internacional hoje

MICHEL GOULART
DA SILVA

Entre novembro e dezembro de 1922, a Internacional Comunista (IC) realizou seu 4º congresso, marcado por uma série de debates que giravam em torno das mudanças na conjuntura mundial e das diferentes formas da aplicação da tática de frente única, além da questão negra, mulheres, educação, entre outros. Outro tema de grande relevância discutido no congresso foi a questão dos países coloniais e semicoloniais, diante do processo de organização dos comunistas que vinha se desenvolvendo na Ásia e no Pacífico. Nesse cenário, seriam “um indício da modificação na base social do movimento revolucionário das colônias”, segundo resolução da IC:

“1º, o fracasso do tratado de Sevres, que tinha por objetivo o desmembramento da Turquia e a restauração da autonomia nacional e política desta; 2º, um forte recrudescimento do movimento nacionalista e revolucionário na Índia, na Mesopotâmia, no Egito, em Marrocos, na China e na Coreia; 3º, a crise interna sem saída em que o imperialismo japonês está comprometido, crise que provocou o rápido incremento dos elementos da revolução democrático-burguesa e a passagem do proletariado japonês para uma luta de classes autônoma; 4º, o despertar do movimento operário em todos os países orientais e a formação de partidos comunistas em quase todos esses países”

(“Teses gerais sobre a questão do Oriente”).

De forma mais ampla, esse congresso esteve marcado pela análise do refluxo na onda revolucionária que havia marcado a conjuntura posterior à Revolução Russa e que havia sido o principal impulso para a construção na própria IC. Foram derrotadas as revoluções na Alemanha e na Hungria, em 1919, e outras lutas não chegaram a ameaçar o poder da burguesia, como o processo travado na Itália. Esses processos foram derrotados devido, em grande medida, ao peso político dos reformistas e, também, pela

Um dos desdobramentos da tática da frente única se expressou na organização das lutas nos países coloniais e semicoloniais

debilidade política e organizativa dos comunistas.

O congresso da IC observa que, apesar dos limites políticos das direções reformistas, os partidos oriundos da Segundo Internacional ainda mantinham forte presença política em diferentes países, inclusive onde tinham abertamente traído a revolução, como ocorria na Alemanha. Por outro lado, diante do refluxo do movimento revolucionário, os capitalistas avançaram em sua ofensiva, materializado, entre outros processos, no

Putsch-Kapp, em março de 1920, na Alemanha, e na própria marcha sobre Roma organizada pelos fascistas, em 28 de outubro de 1922. Em sua resolução, a IC assim caracterizou a situação:

“(…) sob impacto do ataque capitalista em curso, uma espontânea demanda pela unidade despertou entre os trabalhadores, que literalmente não pode ser contida. Essa demanda é acompanhada de um crescimento gradual da confiança entre amplos setores das massas trabalhadoras em relação aos comunistas” (“Teses sobre a unidade da frente proletária”).

Esse foi o contexto no qual a IC propôs a tática da frente única, chamando à unidade os demais partidos operários e até mesmo as organizações internacionais, em torno de um programa mínimo de interesse dos trabalhadores. Na resolução sobre frente única, a IC apontava que “setores significativos da classe trabalhadora que pertencem a velhos partidos sociais-democratas não mais estão felizes com a campanha centrista e social-democrática contra a vanguarda comunista”. Contudo, também aponta a IC, “eles ainda não desistiram de suas crenças nos reformistas. Camadas significativas ainda apoiam partidos da Segunda Internacional e da Internacional de Amsterdã. Estas massas trabalhadoras não formulam seus planos e demandas com precisão, mas de forma geral seu novo estado de ânimo pode ser remetido ao desejo de estabelecer uma frente única” (“Te-



Lênin, Bukharin e Zinoviev durante o 4º Congresso da IC, 1922

ses sobre a unidade da frente proletária”).

Um dos desdobramentos da tática da frente única se expressou na organização das lutas nos países coloniais e semicoloniais. O tema dos países dominados pelo imperialismo ganhou maiores proporções diante do avanço das lutas e das organizações fora da Europa. Em setembro de 1920, a IC realizou o primeiro congresso dos povos do Oriente, também chamado de Congresso de Baku, realizado no Azerbaijão, reunindo 1.891 delegados de diferentes regiões da Ásia. O documento final do encontro defendeu, entre outras questões, a extinção da “divisão dos países em avançados e atrasados, dependentes e independentes, metrópoles e colônias” e “de todas as formas de opressão de um povo pelo outro, e todas as formas de exploração do homem pelo homem”. Considerando a situação colonial ainda vigente na época, o documento está bastante voltado no combate “contra o opressor secular de todos os Povos do Oriente - contra a Grã-Bretanha imperialista” (“Manifesto do Congresso dos Povos do Oriente”, 1º de setembro de 1920)

Em 1920, foram fundados partidos comunistas na Palestina, no Irã e na Turquia. Entre 1920 e 1922, processos de luta e de organizações dos trabalhadores se desdobravam na África, em especial no Egito, na Argélia, na Tunísia, além de outras regiões da Ásia, como Iraque e Índia. Contudo, a China acabou ganhando maior atenção por parte da IC. O país passava por intensas agitações desde o processo conhecido como Revolução Xinhai ou Revolução Hsinhai, entre outubro de 1911 e fevereiro de 1912, com a derrubada da dinastia Qing e o estabelecimento da República da China. Naquele contexto:

“(…) a China foi sacudida pela Revolução de Outubro, enquanto revolução e despertar nacional. Ela vivia, havia muitos anos, logo depois de sua primeira revolução, um extraordinário movimento intelectual e cultural em que se exprimiam as profundas aspirações a uma sociedade democrática e livre rompendo com a China rotineira e subserviente que se acreditava o “Império do Meio” e que alguns clamavam ainda a grandeza e a superioridade” (Pierre Broué. História da Internacional Comunista.

São Paulo: Sundermann, 2007, t. 1, p. 345).

Em 1918, ainda bastante incipiente, começam as primeiras ações no sentido de organização dos comunistas na China. O congresso da fundação do Partido Comunista Chinês foi realizado em julho de 1921, com 13 delegados, representando cerca de 70 militantes.

No ano seguinte se reuniu o quarto Congresso da IC, aprovando a resolução “Teses gerais sobre a questão do Oriente”. O documento partia do entendimento de que havia o “enfraquecimento da influência do capitalismo sobre as colônias” e “a rivalidade crescente dos diversos grupos imperialistas”, teriam facilitado “o desenvolvimento do capitalismo nativo nos países coloniais e semicoloniais”. Diante disso, entende que “a reivindicação de uma autonomia nacional e econômica levantada pelo movimento nacionalista colonial é a expressão da necessidade de um desenvolvimento burguês sentido por estes países”. Nesse sentido, observa-se que, “nestes países, o capitalismo surgiu e desenvolveu-se sobre uma base feudal, tomou formas incompletas, transitórias e bastardas, que deixam a preponderância, especialmente, ao capital comercial e usurário”.

O documento, partindo da ideia de desenvolvimento desigual e combinado, derruba qualquer ideia de pensar a revolução em termos meramente nacionais, como posteriormente veio a propor o stalinismo. Destaca-se, dessa forma, retomando uma das bases da teoria da revolução permanen-



O Congresso de Baku, realizado no Azerbaijão, reuniu 1.891 delegados de diferentes regiões da Ásia

te, a incapacidade de a burguesia encabeçar um processo de transformação social, se limitando à defesa de seus próprios interesses materiais. Em seu documento, afirma a IC:

“As classes dirigentes destes países coloniais e semicoloniais não têm nem a capacidade nem o desejo de dirigir a luta contra o imperialismo, à medida que esta luta se transforma em um movimento revolucionário de massas”.

O tema das direções desses processos também é discutido a partir das particularidades oriundas dos diferentes processos econômicos e históricos de cada país. Segundo a IC, isso “manifesta-se na diversidade de movimentos nacionalistas revolucionários dirigidos contra o imperialismo e reflete os diversos níveis de transição entre as correlações feudais, feudal-patriarcais e o capitalismo. Esta diversidade confere um aspecto particular à ideologia destes movimentos”. Contudo, apesar dessa diversidade, segundo a IC, os comunistas deveriam participar ativamente desses movimentos,

mantendo sua independência política. No documento, afirma-se que a IC:

“(…) não perde de vista que somente uma linha revolucionária consequente baseada na participação das grandes massas, na luta ativa e na ruptura sem reserva com todos os partidos da colaboração com o imperialismo, pode levar as massas oprimidas à vitória”.

Nesse sentido, de um ponto de vista estratégico, aponta que a luta nesses países não pode estar presa aos limites da perspectiva burguesa:

“As tarefas objetivas da revolução colonial superam o marco da democracia burguesa. Com efeito, sua vitória decisiva é incompatível com o domínio do imperialismo mundial. De início, a burguesia nativa e os intelectuais nativos assumem o papel de pioneiros dos movimentos revolucionários coloniais, mas a partir do momento em que as massas proletárias e camponesas incorporam-se a tais movimentos, os elementos da grande burguesia e da burguesia latifundiária se apartam, deixando a iniciativa aos interesses

sociais das camadas inferiores, do povo”.

Como desdobramento dessa política, defende-se a consigna de frente única anti-imperialista, esclarecendo assim:

“O oportuno desta consigna está condicionado pela perspectiva de uma luta a longo prazo contra o imperialismo mundial, luta que exige a mobilização de todas as forças revolucionárias. Esta luta é tão mais necessária devido às classes dirigentes nativas serem propensas a comprometerem-se com o capital estrangeiro, e seus compromissos atacarem os interesses primordiais das massas populares”.

Os trabalhadores não poderiam ter ilusões na direção burguesa, ainda que fosse preciso ações táticas no processo revolucionário. Segundo a IC, a consigna da frente única antiimperialista “contribuirá também para desmascarar as dúvidas e incertezas dos diversos grupos do nacionalismo bur-

guês”. Os comunistas, dessa forma, deveriam mobilizar e organizar o movimento operário no sentido de “conquistar uma posição como fator revolucionário autônomo na frente anti-imperialista comum”.

Embora o imperialismo tenha novos elementos, substituindo a exploração colonial dos Estados por formas de domínio do capital financeiro, a compreensão expressa pela IC sobre o capitalismo e a dominação econômica continuam atuais. Seguem vigentes também as tarefas dos trabalhadores e seu processo de organização tanto dentro de cada país como em âmbito internacional. Essa herança teórica e política faz parte da construção da Esquerda Marxista e da Corrente Marxista Internacional (CMI), expresso na luta pelo internacionalismo e pela independência de classes. O legado que reivindicamos é o da frente única operária, chamando a unidade dos trabalhadores para derrotar a burguesia e o imperialismo e construir o socialismo.

“As tarefas objetivas da revolução colonial superam o marco da democracia burguesa. Com efeito, sua vitória decisiva é incompatível com o domínio do imperialismo mundial”





INTERNACIONAL

Argentina: a queda do ministro da Economia e a crise do regime

CORRENTE MILITANTE
SOCIALISTA - CMI
ARGENTINA

No dia 2 de julho, o ministro da Economia, Martín Guzmán, renunciou ao cargo, após uma corrida ao dólar, que vem aumentando, e um ataque aos títulos públicos há duas semanas que o governo teve que sair para resgatar. O do mercado não dá trégua ao governo da Frente de Todos (FdT).

A crise econômica mundial, juntamente com uma série de fatores, que vão desde os dois anos da pandemia, à expansão monetária e à guerra russo-ucraniana que cortou a linha de comercialização e abastecimento, deixou o governo da Frente de Todos sem cobertura em dólares, expressão de uma economia atrasada, sem desenvolvimento industrial e submetida aos altos e baixos do mercado mundial em tempos de crise secular.

Com a liquidação, o dólar subiu nos últimos dias a 273 pesos – desvalorizando ainda mais os salários e empurrando milhões de mulheres e homens para uma miséria ainda mais profunda. Enquanto isso, a burguesia em suas diferentes expressões, ao lado de seus representantes no Parlamento, faz um jogo du-

plo, visto que golpeiam o governo da FdT por conta das medidas levadas à frente pelo ministro Guzmán, e pedem tranquilidade e previsibilidade na área econômica e para onde se dirige o país.

Após a renúncia de Martín Guzmán, e depois de horas de negociações, saiu a fumaça branca das chaminés da Casa Rosada até que a substituição surgisse do rim de Daniel Scioli, que o substituiu, em consenso entre Cristina Kirchner e Alberto Fernández, por alguém que evidentemente não lhe responde. A mudança dificulta ainda mais a relativa independência política do presidente, o qual, junto aos seus seguidores, tentava mantê-la em relação ao Kirchnerismo.

Silvina Batakis, a nova ministra, vem do governo de Daniel Scioli como ministra da Economia, conhecida pelos docentes de Buenos Aires pela redução de salário na negociação paritária em 2014.

A “relativa paz” depois da nomeação de Batakis não oculta o desespero na FdT e no conjunto da burguesia. A defesa que Cristina Kirchner fez ante os predadores da oposição, de se reunir com Carlos Melconian e outros, revela a necessidade de se traçar uma frente nacional o mais ampla possível ante possíveis e prováveis explosões sociais. Já não é mais apenas o objetivo de chegar a 2023, mas também o de evitar uma irrupção das massas no cenário político.

A base kirchnerista e os meios afins ao Kirchnerismo recla-

A Martín Guzmán expõe a fragilidade do governo argentino diante do agravamento da crise econômica



mam uma mudança de modelo, enquanto a porta-voz presidencial, Gabriela Cerruti, comunicava que Batakis e o governo de Alberto Fernández não vão modificar o rumo do que foi feito por Martín Guzmán e que “o plano econômico está garantido e continuará em seu rumo”. “Não há nenhuma mudança no programa com o Fundo Monetário Internacional”, destacou.

Esta crise não é só o resultado do endividamento dos 4 anos de mocrismo com os US\$ 44 bilhões, mas também que, na Argentina, segundo dados publicados nesta terça-feira pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos, o “stock” da dívida externa bruta total, com títulos da dívida em valor nominal da Argentina, se situou no final do primeiro trimestre em US\$ 274.355 milhões, US\$ 6.488 bilhões a mais que no quarto trimestre de 2021. Somando-se a dívida interna bruta, chega-se a US\$ 500 bilhões, algo totalmente impagável e superando o PIB do país.

O que há é um acordo entre a gama de empresários “criollo” e importados, de avançar ante a crise com uma saída de choque, esmagar as conquistas trabalhistas e avançar no desmonte da previdência.

A primeira informação de que Sergio Massa estava atuando como alternativa substitutiva, assumindo a chefia de gabinete, com o

objetivo de concentrar e definir quem seria o Ministério da Economia, deixou Alberto Fernández deslocado da coalizão, gerando ainda mais crise dentro da FdT com forte fuga de eleitores para a oposição. Mas, também, se Massa tivesse assumido o cargo, ele estaria fora do jogo para as eleições presidenciais de 2023, pela simples razão de que, neste momento de crise, ele teria sido desperdiçado como alternativa.

É a hora para aqueles de baixo. Preparar e discutir a necessidade de superar os líderes sindicais que botam o pé no freio e colaboram abertamente com os capitalistas

Enquanto escrevemos, o dólar paralelo já chega a 260 pesos – logicamente, qualquer medida que o governo assumira e com uma inflação que os bancos avaliam em 100%, estará diante de uma economia com dinamite em seus alicerces. Não podemos mais falar de uma crise ou de um equilíbrio delicado e instável. Estamos diante de uma situação sem saída, inviável dentro dos marcos capitalistas. Só se poderia “sair”

dela, segundo todos os referentes capitalistas, com a derrota da classe trabalhadora e dos trabalhadores.

É a hora para aqueles de baixo. Preparar e discutir a necessidade de superar os líderes sindicais que botam o pé no freio e colaboram abertamente com os capitalistas. Montar um programa que fará a preparação da greve geral política. Para isso devemos intervir decisivamente na preparação de um congresso operário, que lute pela mais ampla integração de todas as mulheres trabalhadoras e para que os marxistas intervenham energeticamente no programa revolucionário em direção ao seu próprio governo. / Tradução de Fabiano Leite.

Nota da Redação: No momento em que fechamos esta edição, um novo artigo explicando os desdobramentos da atual crise e seu novo ministro foi publicado no site da seção argentina da CMI. Leia em marxismo.org.br nos próximos dias ou utilize o QR Code abaixo para acessar o artigo em espanhol:

